

SOCIOLOGIA CLÁSSICA: FORMAÇÃO, CONCEITOS E SABERES

Daniela Vallandro de Carvalho

Recomendamos que utilize a tela cheia para uma melhor experiência de leitura

Dê dois cliques na tela ou clique no ícone no canto inferior direito

Estamos testando este novo formato de material. O seu feedback é muito importante, não deixe de "Reportar um problema" caso veja algo estranho

Sumário

Apresentação

1. A formação da Sociologia como campo disciplinar no século XIX

1.1 As primeiras sociologias

1.2 Conde de Saint-Simon e Auguste Comte

2. Karl Marx: conceitos e contribuições ao pensamento sociológico

3. Emile Durkheim: conceitos e contribuições ao pensamento sociológico

4. Max Weber: conceitos e contribuições ao pensamento sociológico

Considerações finais

Sugestões de leitura

Referências Bibliográficas



Apresentação

Caros Alunos: Esse material de apoio tem como objetivo apresentar a vocês a Sociologia enquanto campo disciplinar, sendo ele acessado através do processo de formação bem como da sua historicização. Através e a partir destas questões passaremos a conhecer os principais sociólogos clássicos, seus conceitos e paradigmas de pensamento. Dessa forma, pretendemos proporcionar a vocês um aprendizado teórico sólido e extremamente necessário à prática de educadores. Por que é necessário? Porque a Sociologia – assim como qualquer outra ciência – não é neutra e seu conhecimento esteve desde seu surgimento relacionado a interesses vigentes na sociedade que estava sendo gestada. Dito de outra forma, conhecer sua formação e o pensamento auxilia a compreender como os sociólogos liam o mundo e como desenvolveram conceitos para explicá-lo. Além disso, e não menos importante, é o fato de que muitas dessas correntes de pensamento permanecem sendo acessadas, lidas e utilizadas hoje em dia. E nesse sentido, faz-se mais importante ainda que educadores a conheçam e saibam entendê-las, discuti-las e ensiná-las.



1. A formação da Sociologia como campo disciplinar no século XIX

Ao falarmos de Sociologia, uma das primeiras coisas que temos que levar em consideração é que se trata de uma disciplina organizada enquanto um conjunto específico e teórico ao longo do século XIX. Situar no tempo histórico sua formação é mais do que apenas uma informação histórica temporal, é extremamente necessária para sua compreensão enquanto disciplina que se propôs a pensar a realidade social na qual estava inserida. Evidente que nem sempre a Sociologia existiu de forma organizada como uma disciplina, embora desde muito tempo o homem tenha se colocado a pensar sobre o mundo em que esteve inserido, seja através dos filósofos gregos, através dos homens da Renascença ou mesmo dos pensadores do Iluminismo. Tudo isso precede o século XIX.

O que estava acontecendo no mundo ocidental/europeu ao longo do século XIX?, Mas porque a sociologia surge então por essa época? Quais as condições históricas que se vivia a essa época para que alguns pensadores sentissem a necessidade da organização de um campo específico de saber chamado Sociologia?

Entender essas três questões de forma relacionada é fundamental. O Mundo ocidental se transforma de forma bastante drástica a partir de dois grandes eventos ao fim do século XVIII e ao longo da primeira metade do século XIX. Segundo o historiador inglês Eric Hobsbawm (1988), a chamada dupla revolução – Revolução Francesa e Revolução Industrial – transformam de forma nunca antes vista, vivida ou sentida – em termos de efeitos, de mudanças de diversas ordens e de estrutura o mundo europeu.

Segundo o historiador inglês Eric Hobsbawm (1988) entre 1789 e 1948 ocorreu a maior transformação já vista na história da humanidade, desde a escrita e a metalurgia, a dupla revolução.

Fonte: HOBBSAWN, Eric J. O mundo na década de 1780. In: *A Era das Revoluções 1789-1848*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988.



Todavia, essas mudanças, que foram desde a modificação das cidades – crescimento, urbanização, formação de fábricas, instalação de maquinários, aberturas de estradas de ferro entre outras dessa natureza passando por modificações tanto nas formas de trabalho como nas relações de trabalho geridas por grupos econômicos que passaram a se fazer presentes nessa estrutura – a chamada burguesia – são parte de um sistema denominado capitalismo. Esse sistema, como conjunto, gerou também uma divisão de grupos e criou as classes sociais – diferentes e necessárias a reprodução desse mesmo sistema. Dito isso, temos aqui mudanças de ordem políticas e econômicas que incidiram diretamente na vida das pessoas que viveram e tiveram suas vidas atravessadas por mudanças nunca antes vistas. Mudanças dessa natureza – leia-se estruturais – se por um lado estabelecem uma nova ordem, por outro desorganizam de variadas formas o dia a dia da população comum. O sistema capitalista trouxe consigo alterações nas formas de conceber o tempo, o trabalho, o lazer, o cotidiano, as formas culturais expressas por religiosidades, por hábitos arraigados que não estavam inscritos nas leis e nas mudanças desse sistema, mas que afetaram de forma incisiva a vida dos sujeitos históricos daquele tempo.

Eduard P. Thompson, em um texto chamado “Tempo, disciplina de trabalho e capitalismo industrial” faz uma excelente análise sobre como as transformações advindas do sistema capitalista incidiram sobre as formas de orientação de mundo dos camponeses no interior do Inglaterra. Entre esses modos de orientação estava a forma de medir e se orientar no tempo. Um tempo da natureza, rural que organizava o tipo de trabalho do qual se vivia. Tempo esse diferente do tempo cronológico, medido pelo relógio – que passou a ser objeto de controle nas fábricas e objeto de desejo e status social para os burgueses dessa sociedade capitalista que se estruturava.

Para saber mais: THOMPSON, E. P. *Costumes em Comum*. Estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Cia das Letras, 1998.



É preciso dizer que a diferença de classes sociais e o aprofundamento das desigualdades sociais e econômicas eram a tônica necessária para a existência do sistema capitalista. No entanto, se estamos falando de mudanças estruturais profundas, essas mesmas mudanças não foram lidas ou sentidas por todos os grupos sociais da mesma forma. Trata-se de pensarmos a história como uma via de mão dupla e desigual, conforme os lugares sociais ocupados. Se um burguês via naquelas mudanças modernidade, progresso material e a possibilidade de avanços em relação ao tipo de sociedade de Antigo Regime vigentes até a Revolução Francesa por toda a Europa, um camponês que vivia da terra e de um cultivo de subsistência e quiçá de um pouco de excedente para pequenas trocas e comércio por certo que foi afetado diferentemente por essas mudanças que impeliram os trabalhadores a formas desconhecidas de trabalho, com lógicas baseadas em um tempo industrial que para esses mesmos camponeses até a muito pouco inexistia.

O que queremos tentar deixar explicitado é que o contexto de surgimento do capitalismo e as mudanças que trouxeram consigo foi inédito em estrutura, proporções e incidência sobre todos daquela sociedade. Segundo Hobsbawm (1988), essas mudanças aconteceram em um período não maior do que cinquenta anos – o que em termos históricos se trata de um período pequeno para mudanças dessa ordem. Significa pensar, por exemplo, que uma família do interior da Inglaterra pode ter nascido e sido criada sob lógicas totalmente diversas das quais seus filhos cresceram e precisaram ser criados.



Não se trata de pensarmos apenas em adaptações ao sistema – o que seria reduzir a importância e o tamanho dessas mudanças – significa mudar estruturalmente a forma de pensar, de ver o mundo, o trabalho, deixar de fazer coisas que se fazia por uma vida inteira, deixar de se orientar no mundo por formas culturais que foram sendo substituídas sem que as pessoas comuns pudessem decidir sobre isso. A lógica que se impõe – do trabalho assalariado e fabril – passou a ser hegemônica – e quando dizemos isso, estamos falando que independente de se desejar fazer parte, as pessoas necessitavam sobreviver nesse mundo que se transformou tão rapidamente.

Dito e entendido isso, passaremos a explicar porque a Sociologia surge como corpo científico e organizado – como um campo de saber próprio das ciências sociais.

Até a dupla revolução as ciências e o saber passaram por diversos momentos – mas tentaremos circunscrever mais precisamente o que nos interessa aqui. O século XVIII europeu já vinha em um movimento crescente entre seus pensadores de críticas as visões de mundo estabelecidas pelo dogmatismo religioso e que dominaram a Europa desde os tempos medievais. Os ditos pensadores iluministas tiveram papéis fundamentais em questionar essas formas de mundo mágico-religiosas e lutar pelo estabelecimento da racionalidade como centro do universo de pensamento. Ainda que os Iluministas fossem tão diversos entre si em termos de sistemas, formas de governo, estruturas de estado entre outras questões presentes nas ideias desses homens trouxeram consigo, de forma unificada, a defesa da razão como caminho pelo qual os homens se desenvolveriam em sociedade e, conseqüentemente, a ciência derivava do pensamento desses homens racionais. Todavia, a ciência a essa época era ainda derivada de formas matemáticas – ou dito de outra forma, tinham uma raiz comum nas ciências exatas. A própria filosofia tinha uma natureza ancorada na lógica que derivava das ciências exatas.

Quando falamos em campo de saber ou campo disciplinar estamos nos referindo a um conjunto de conhecimentos específicos: de saberes, de um determinado tipo de conhecimento, com certas singularidades, congruências específicas, teorias, métodos e modelos discursivos aproximados.

Para saber mais, leia as discussões propostas pelo sociólogo francês Pierre Bourdieu em: BOURDIEU, P. Le champ scientifique. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, n. 2/3, jun. 1976, p. 88-104. Tradução de Paula Montero



Mas, os pensadores e intelectuais do século XIX ao se deparar, viver e observar as mudanças inéditas que estavam a ocorrer, sentiram a necessidade de que o entendimento social precisava de métodos próprios que não derivassem das ditas ciências da natureza, que até então explicavam tudo. Justamente pelas especificidades e complexidades que a sociedades passavam a comportar. Portanto, a sociologia como uma ciência da sociedade e por suas diferenças já distintas das explicações matemáticas, físicas ou naturais precisava se independizar. Tudo isso só foi possível pela base racional que se estabeleceu ao longo das ideias iluministas, mas também porque o mundo havia se transformado demais e rapidamente. E as formas explicativas existentes não estavam dando conta de explicar aquelas mudanças radicais no ocidente.

1.1 As primeiras sociologias

Como já dissemos, o ato de refletir sobre as origens e a natureza da vida em sociedade é tão antigo quanto o próprio homem. Desde o séc. XVI a Europa vinha sofrendo mudanças significativas em suas estruturas de pensamento, assim como também mudanças sociais e políticas; do séc. XVI ao séc. XIX se configuram correntes de pensamento que irão conferir as bases ao mundo moderno. São eles o Racionalismo, o Empirismo e o Iluminismo. É no meio de todas estas profundas mudanças que a Sociologia surge, sobretudo para tentar explicar o caos e as transformações que vinham ocorrendo na vida das pessoas.



Estas mudanças em curso levaram ao enfraquecimento de características estruturais das sociedades tradicionais, como a aristocracia e o campesinato, bem como das terras comunais, da servidão e da forma manufatureira de produzir. Ao longo do século XVIII o nascimento do proletariado nas fábricas vai complexificar esse mundo e vai exigir um esforço dos intelectuais da época de entendimento dessas sociedades de classes sociais tão antagônicas. E a sociologia, como ciência, surge contraditória (MARTINS, 1988) como a sociedade que estava inserida. A sociologia é o resultado da tentativa de compreensão social de situação radicalmente nova criada pelo capitalismo ao longo do século XIX.

Desde o princípio a sociologia foi mais que uma disciplina com desejo de compreensão social – ela, foi acima de tudo, uma forma pensada por seus criadores, de interferência/intervenção social. A sociologia foi obra de muitos homens. Os primeiros a debaterem isso foram “homens de ação”. O que isso quer dizer? Que ao contrário do que se possa pensar, as atividades intelectuais não estavam ou estiveram descoladas da prática do dia a dia dos homens daquele tempo. Tratava-se de militantes e políticos, e não exclusivamente intelectuais. O pensamento intelectual surge da prática em relação a vivência e entendimento dos mesmos como uma resposta a situações postas pela Revolução Industrial (MARTINS, 1988).



O que queremos deixar registrado com ênfase aqui é o fato de que embora formalmente a sociologia surja no século XIX, desde pelo menos o século XVII diversos pensadores já apostavam e defendiam a ideia de que o processo histórico possui uma lógica passível de ser apreendida – investigação racional da sociedade e que no século XIX se traduz em relação ao entendimento de mundo social na sociologia. O pensar pelo viés coletivo, a sociedade se traduz em uma ciência social que buscava não só entender, mas oferecer respostas, caminhos, alternativas àquele mundo que se acelerava, modificava e se conformava em torno do trabalho e de dois grandes grupos: burguesia e proletariado. E, nesse sentido, a Sociologia surge com interesses práticos bem evidentes, mas engana-se quem pensa que a sociologia surge inovadora e moderna.

Os ideários contra os quais a Revolução Francesa lutou – sobretudo o clericalismo e uma sociedade organizada na lógica de privilégios não foi fácil de ser superada. Muitos se ergueram contra essas mudanças estruturais. Não aceitavam essas mudanças e desejavam uma sociedade estável, hierarquizada, embasada em valores sólidos como família e ordem, ainda que desejassem progressos materiais. Para Quintaneiro e Oliveira (2002), esses homens ficaram conhecidos como “profetas do passado”. Ainda que a Sociologia não seja filha desses profetas, o que nos interessa é deixar claro que as mudanças em curso não foram aceitas pacificamente, isto é, provocaram reações diversas, contrárias e embates diversos. Esses “profetas do passado” foram precursores imediatos da criação da sociologia e a impactaram diretamente em conceitos posteriormente desenvolvidos como ciência pela própria sociologia. Todavia, a Sociologia, em suas formas iniciais, assume um caráter MODERNO, sendo defensora do progresso como algo inevitável e inflexível (QUINTANEIRO; OLIVEIRA, 2002).



1.2 Conde de Saint-Simon e Auguste Comte

O francês Claude Henri de Rouvroy, conde de Saint-Simon (1760-1825) foi um dos primeiros a defender a inutilidade da aristocracia no contexto dessa nova sociedade moderna que ia se gestando e, na base de seu pensamento, estava a sociedade de classes com interesses conflitantes. Seus escritos contra a aristocracia/nobreza monárquica diziam que essa não fazia falta à nação. Nesse sentido, o que Saint Simon postulava é que com as mudanças pelas quais a sociedade europeia passava, alguns grupos sociais, políticos e econômicos perdiam espaço e função. Dessa forma, ele se colocava na defesa dos burgueses e entendia que a partir disso eram eles que deveriam comandar as sociedades em industrialização ou industrializadas.

Para esse mesmo pensador, a característica central dessa sociedade era o progresso. Para tanto, defendia as ciências, sobretudo aquelas naturais e via nela a forma de transformação do meio, isto é, acreditava na ação humana sobre a natureza. Dizia ser necessário adotar o método positivo das ciências físicas. Além disso, foi também um crítico ferrenho da interferência religiosa em todos os âmbitos da vida.



O pensamento de Saint Simon sobre a sociedade e suas bases:

A sociedade não seria “um simples aglomerado de seres vivos cujas ações, independentes de toda finalidade, não têm outra razão que a arbitrariedade das vontades individuais”, mas um verdadeiro ser animado, mais ou menos vigoroso, a cujas partes corresponderiam distintas funções. A base da sociedade é a produção material, a divisão do trabalho e a propriedade. As vidas individuais seriam as engrenagens principais que contribuem para o progresso da civilização (SAINT-SIMON apud QUINTANEIRO; OLIVEIRA, 2002, p. 18) .

O pensamento de Saint Simon sobre a quem deveria gerir a sociedade moderna:

O corpo social como um todo deveria, então, exercer as funções governamentais, e o Estado, que tenderia a tornar-se uma organização de ociosos, seria substituído pelos interesses espontâneos da produção, sendo absorvido pela sociedade, quando passaria a visar a satisfação de todos os necessitados. Para ele, a luta entre as classes militar ou feudal e a industrial resultaria na vitória desta última e, a partir daí, constituir-se-ia uma sociedade de trabalhadores. (SAINT-SIMON apud QUINTANEIRO; OLIVEIRA, 2002, p. 19)



O Conde de Saint Simon foi secretário pessoal de Auguste Comte, importante figura intelectual nos anos iniciais de formação do pensamento sociológico que chamamos de clássico. É a ele atribuído a concepção do termo “Sociologia” como o conjunto de estudos da sociedade. Foi Auguste Comte o grande divulgador do método positivo de conhecimento das sociedades e que aperfeiçoou e desenvolveu um conjunto doutrinário denominado Positivismo.

O Positivismo postulava conhecer leis sociais para prever o funcionamento da sociedade de forma racional e poder agir com eficácia sobre a mesma sociedade e, por isso, quando falamos do surgimento da Sociologia ela se encontra atrelada ao próprio positivismo, que tem uma característica de ser/desejar ser uma doutrina intervencionista. Não se tratava apenas de pensar a sociedade, mas de criar um método de intervenção nela mesma através das leis gerais.

Para Comte era impossível o conhecimento fora da ciência, ou seja, a observação dos fatos sociais se daria de forma concreta/positiva e a partir dela se tiraria leis gerais de funcionamento desta mesma sociedade. Não havia verdadeiro conhecimento fora da ciência física ou material. Esse método combinava estabilidade com eficácia – caminho pelo qual se chegaria à ORDEM E AO PROGRESSO.

Para Comte, a grande preocupação da sua época era justamente a desordem social, as crises morais e de ideias. Assim, se Comte falava em crise de ideias, ele se referia àquelas que até então davam suporte às sociedades pré-industriais, logo, pode-se dizer que seu pensamento era moderno para a época, mas conservador, à medida que não propunha alterações de ordem e, sim, um apaziguamento das crises sociais e morais pelas quais as sociedades ocidentais passavam com mudanças decorrentes do capitalismo.



A solução, para ele, estava em organizar uma teoria apropriada – A SOCIOLOGIA – porque a anarquia científica era uma das causas do mal da sociedade em crise – era preciso entendê-la de forma racional, só assim poderia se prever seu funcionamento e evitar tais desordens sociais.

Mas o que era a ciência positiva ou a filosofia positiva para Comte?

A ideia da chamada “filosofia positiva” desenvolvida por Comte foi pensada como um sistema geral do conhecimento humano que se se contrapunha à “filosofia negativa” que existia como crítica no Antigo Regime europeu e se embasava na metafísica. Essa era basicamente uma ideia de desordem social que se traduzia em um contínuo estado de desgoverno. E, para Comte, era vital promover a organização social e não sua desorganização. Daí seu entendimento sobre o “positivo” em relação ao “negativo”.

O pensamento de Comte sobre a sociedade e a relação individual/coletivo:

Comte rejeitava a concepção contratualista de que a sociedade é formada de indivíduos, afirmando que tudo o que é humano além do nível meramente fisiológico deriva da vida social, o que evidencia o predomínio do coletivo. Para o espírito positivo, ‘o homem propriamente dito não existe, existindo apenas a Humanidade, já que nosso desenvolvimento provém da sociedade, a partir de qualquer perspectiva que se o considere’ (QUINTANEIRO, 2002, p. 13)

O individualismo é, portanto, uma construção do pensamento pré-positivo, do espírito teológico-metafísico. Contrariamente às concepções iluministas e racionalistas do direito individual, Comte acreditava que “ninguém possui o direito senão de cumprir sempre o seu dever” (QUINTANEIRO; OLIVEIRA, 2002, p. 20)

A conhecida frase positivista “a ordem por base, o progresso por fim” está asentada no entendimento da necessidade de um consenso coletivo moral e de ordem para que se pudesse atingir o objetivo final enquanto sociedade, que queria o progresso. A ordem, no sentido positivista é conservadora e rejeita qualquer forma de revolução. Além disso, o positivismo comteano era bastante rígido e hierárquico, já que posições e funções deveriam ser seguidas em nome do progresso coletivo da sociedade.

Auguste Comte e o Conde de Saint Simon também propuseram a necessidade de uma nova religião em conformidade com os novos tempos. Todavia a nova religião não era mais embasada em deus e sim na Humanidade. Comte escreveu um catecismo positivista – inspirando mundo afora nas Igrejas e ou templos Positivistas embasadas na ordem, hierarquia, família, moral. Todos esses preceitos eram hierarquicamente constituídos e precisavam existir para se atingir o progresso desejado.



Para Saint-Simon, a nova religião seria a aplicação de princípios de fraternidade à vida social, também sem a presença de um Deus. Ambos, portanto, tinham forte preocupação com uma MORAL nova, forte o suficiente para amparar a vida social e reorganizar a nova ordem abalada por revoluções; uma nova moral que substituiria a fé cristã, a superstição e os privilégios gerados por ela. Importante destacar que Comte, ao tentar propor uma teoria para a Sociologia que tivesse leis de evolução da sociedade, buscou muito de seus pressupostos e modelos de investigação nas ciências físicas e naturais.

A teoria evolucionista amplamente em ascensão no século XIX exerceu fascínio sobre a Antropologia e Sociologia do séc. XIX, estimulando análises e comparações das sociedades com organismos vivos e, Comte e o positivismo não estiveram imunes a esse pensamento, pelo contrário, essas ideias foram amplamente apropriadas por ele.

O darwinismo social vai se tornar a maior influência para os pensadores dessa época ao tecerem comparações e análises sociais amparados na evolução dos organismos vivos. Isto é, os teóricos sociais do século XIX passam a transpor as explicações do darwinismo e aplicá-lo à compreensão social através da ideia de evolucionismo biológico. Conceitos apropriados como evolução, seleção natural, luta, sobrevivência passam a ser suportes para pensar a sociedade e seus grupos humanos.



Esquema de pensamento do evolucionismo biológico aplicado à sociedade:

A) A lei do progresso orgânico, é a lei de todo progresso, que transforma o simples em complexo por meio de diferenciações sucessivas e da especialização de funções;

B) Isso se ajusta à sociedade, que teria evoluído para o tipo industrial;

C) Os indivíduos - unidades elementares - organismos sujeitos às leis biológicas, o arranjo e a distribuição das funções reguladoras da convivência social estariam submetidos às mesmas leis do mundo natural;

D) A sociedade é um organismo e apresenta um crescimento contínuo.

E) À medida que ela cresce, suas partes tornam-se dessemelhantes, sua estrutura fica mais complicada e as partes dessemelhantes assumem funções também dessemelhantes;

F) Essas funções não são somente diferentes: suas diferenças são unidas por via de relações que as tornam possíveis umas pelas outras.

G) A assistência que mutuamente se prestam acarreta uma mútua dependência das partes.

H) Finalmente, as partes, unidas por esse liame de dependência mútua, vivendo uma pela outra e uma para a outra, compõem um agregado constituído segundo o mesmo princípio geral de um organismo individual.

(SPENCER, H. O que é uma sociedade? In: BIRNBAUM, P.; CHAZEL, F. Teoria sociológica. Tradução de Gisela S. Souza e Hélio Souza. São Paulo: Hucitec/USP, 1977.)



2. Karl Marx: conceitos e contribuições ao pensamento sociológico

Os escritos do alemão Karl Marx sobre a vida social e sobre a sociedade capitalista desde que foram formuladas causaram impacto nos meios intelectuais. Grande parte da sociologia ocidental não passou incólume por seus escritos – ou para refutá-lo ou para nele se inspirar. Trata-se do sociólogo mais influente e discutido na tríade de sociólogos fundadores da sociologia clássica. Marx foi um herdeiro do ideário humanista. Sua crença na razão como instrumento de apreensão da realidade e como uma forma de torná-la mais justa foi seu fio condutor e norte.

As experiências de revolução tecnológica e políticas dos setecentos (séc. XVIII) levaram muitos pensadores a formulações de que envolviam pensar o progresso e a liberdade. Mas os caminhos foram diversos e pode-se dizer que Marx foi o primeiro a colocar essas questões sobre forte e contundente crítica, arduamente defendidos em seus escritos.

Todavia, estamos a falar de um pensamento complexo e que tem sido constantemente mal entendido e mal apropriado, por isso é necessário entender seus fundamentos teórico-metodológicos.



A tradição filosófica europeia pressupunha – para além do mundo real e histórico – um mundo de essências imutáveis que seriam os verdadeiros objetos do conhecimento e nesse sentido, a transformação seria mera aparência e a consumação de um ciclo que não se alterava, não afetando de forma profunda o ser das coisas. Dito de outra forma, a transformação era um sempre igual, por mais paradoxal que possa parecer. Esse era o pensamento hegemônico à época de Marx. Esta linha de pensamento era o avesso de tudo que Marx acreditava já que para ele a razão e a história possuíam caminhos que precisavam ser entrelaçados para compreensão do mundo social.

As Influências de Karl Marx:

Uma das influências mais marcantes no pensamento de Karl Marx foi o filósofo idealista Friedrich Hegel. É em Hegel que Marx foi buscar de que a realidade histórica era manifestação da razão “num processo incessante de auto-superação desencadeado pelo conflito e pela contradição que lhe são inerentes. Tal é “o movimento dialético, esse caminho que produz a si mesmo” (HEGEL, 1980, p. 6). Mas Hegel não inventou o conceito de dialética proposto por Marx. O filósofo Hegel buscou essas ideias no pensamento grego, Marx se apropria do conceito de Hegel e propõe uma nova interpretação do conceito ao pensar a sociedade capitalista inglesa do século XIX.

A dialética para Marx: Quando Marx toma para si a ideia de dialética, ele aplica a realidade histórica em que o movimento dialético explicava as contradições que conformavam essa mesma sociedade e que dela, das contradições nasceriam sua negação e sua superação.



É de Hegel a ideia de consciência alienada, separada da realidade. Ou seja, podemos viver em uma determinada realidade e não a entendê-la, pois, para entendê-la é preciso desenvolver uma consciência dessa realidade que é apreendida – o conhecimento, o entendimento necessitam de esforço de pensamento, só vivê-los não faz das pessoas entendedoras da realidade, suas experiências individuais não são o entendimento social, pelo contrário só fazem sentido se entendidas dentro do social, do mais geral, para que a relação se estabeleça e a consciência deixe de se alienar.

Para Hegel, livrar-se, libertar-se é alcançar a consciência. Esse pensamento foi assim apropriado por jovens conhecidos como neo-hegelianos. Entre eles, destacam-se Friedrich Engels e Karl Marx.

Engels e Marx irão, a partir de Hegel portanto, desenvolver ainda mais essa ideia de liberdade e consciência e vinculá-la ao mundo do trabalho, de forma que chegam a um nível de elaboração dizendo que nem a consciência coletiva traria verdadeiramente liberdade ao trabalhador, mas que essa (a tomada de consciência) seria um passo importante e fundamental no caminho da transformação social.

Mas Marx e Engels irão mais fundo criticando tanto a filosofia de Hegel (idealismo) como o materialismo de Feuerbach, reformulando assim suas próprias ideias de dialética e de alienação. Para Marx, o mundo não era apenas um objeto de contemplação, mas da ação humana e, assim sendo, era passível e possível de ser transformado, através da atividade revolucionária. Em seu pensamento estava asentada a ideia de crítica e prática, unidas para que essa última pudesse acontecer.

Ao longo deste ebook, sempre que possível, vamos indicar a vocês produções cinematográficas que podem auxiliar no entendimento de várias questões aqui tratadas. Por ser uma disciplina teórica, essas indicações – ainda que frutos de outra linguagem e com as respectivas liberdades de criação – são artifícios explicativos para visualizar na prática as discussões teóricas e ensejar reflexões. Sobre as vidas de Friedrich Engels e Karl Marx nós indicamos o filme de produção alemã e franco-belga de 2017. O filme trata da fase jovem desses dois intelectuais, desde seu encontro até a produção do Manifesto Comunista. Vidas entrecruzadas, amores, família, produção intelectual no contexto europeu estudado por ambos intelectuais.



Confira a sinopse do filme



De onde vinha a alienação?

A alienação vinha das condições materiais de vida e somente através da transformação dessas mesmas condições, por meio da ação política, a transformação aconteceria. Para Marx, nas sociedades capitalistas o sujeito é grande agente da história era seu personagem principal: o proletariado, o trabalhador, aquele que fazia que era motor e engrenagem do sistema capitalista.

O protagonismo do Proletariado:

Cabia ao proletariado a ação de protagonizar – quando liberto da consciência alienada – a transformação da sociedade. Nesse sentido, a consciência de suas condições era vital e a própria compreensão do social vinha dos opostos: conhecer é também negar e destruir para erigir o novo.

Em que Marx se distancia e se diferencia de Hegel?

Para Hegel, a história da humanidade é a história do desenvolvimento do espírito (plano das ideias) enquanto que para Marx são os indivíduos reais, suas ações concretas e as condições materiais de existência – quer as que já se encontram elaboradas, quer as que ele criou – o ponto de partida para a existência e para as mudanças. Isto se denomina MATERIALISMO HISTÓRICO, método de abordagem desenvolvido por MARX. De acordo com o materialismo histórico, “as relações materiais que os homens estabelecem e o modo como produzem seus meios de vida formam a base de todas as suas relações” (QUINTANEIRO; OLIVEIRA, 2002, p. 25).

Sobre o processo de tomada de consciência, por parte dos trabalhadores nas lutas decorrentes das condições postas pelo capitalismo a partir das suas condições de trabalho, há um filme bastante interessante que cabe ser indicado. Chama-se “Germinal” e é baseado no romance literário do escritor francês Émile Zola, publicado em 1885. O Filme teve sua primeira filmagem em 1913 sendo depois refilmado algumas vezes, como nos anos 60 e nos anos 90.



Confira a sinopse do filme



1

Forças Produtivas: É ação dos indivíduos na natureza, isto é, força produtiva é entender como os homens obtêm os bens que necessitam, em que grau desenvolveram sua tecnologia, como constroem graus de cooperação, como dividem o trabalho, quais habilidades e técnicas usadas na produção, qual a qualidade dos instrumentos de trabalho e das matérias primas de que dispõem (QUINTANEIRO; OLIVEIRA, 2002).

Forças Produtivas são, portanto, formadas pelos meios de produção - exemplo: capitais, terras, matérias-primas, ferramentas e equipamentos -, pelos métodos e técnicas de utilização e pelos trabalhadores.

Assim, a forma como os indivíduos vivem e suas condições refletem o que eles são, sendo determinados pelas condições materiais de produção - assim, se as formas econômicas sob as quais os homens produzem se alteram, muda-se as relações de produção, muda-se as relações econômicas e as condições sob as quais esses mesmos homens vivem. Portanto, nas análises sociais há que serem consideradas as condições materiais de existência, a produção delas pelos homens no tempo em um movimento constante de forças opostas e/ou dialéticas.

Marx teceu críticas aos economistas de sua época ao dizer que eles não entenderam que as formas econômicas eram produtos da história e que suas formulações eram próximas as feitas por teólogos "pura invenção humana" (QUINTANEIRO; OLIVEIRA, 2002, p. 29). Ao dizer isso ele reforçava a ideia de que os sistemas econômicos não eram naturais, que foram criados e sendo eles criados, poderiam ser destruídos. Marx olhava essencialmente através das formas materiais, concretas produzidas pelo homem em seu tempo. Nesse sentido, eram as formas de produção que produziam pensamento e consciência, isto é, as formas de entender o mundo e a consciência e conhecimento dele são decorrentes dos sistemas econômicos nos quais existem, porque existem a partir deles.

Quando Marx fala em forças produtivas e relações sociais de produção o que ele quer dizer?

Antes de mais nada, são conceitos, e sendo eles interdependentes, precisam ser entendidos em relação um ao outro, para tornar inteligível a sociedade. A sociedade é produto da ação humana, mas ela não é uma obra que se realiza conforme as vontades particulares de cada um. Assim, a estrutura de uma sociedade DEPENDE do estado de desenvolvimento das suas forças produtivas que geram relações sociais de produção.

2

Modo de produção ou meio de produção: Podem ser de diversos tipos, como de subsistência, modo de produção feudal, modo de produção capitalista, etc. Está relacionado a maneira como a economia está organizada, o que aquela sociedade dispõe para produzir e como ela produz (QUINTANEIRO; OLIVEIRA, 2002)

1

2



Já vimos o que são forças produtivas e modos ou meios de produção. E o que seriam as relações sociais de produção?

As relações sociais de produção estão relacionadas a maneira como está organizada/estabelecida a distribuição dos meios de produção e dos produtos em uma dada sociedade e em um período histórico determinado. Expressa o modo como os homens se organizam entre si para produzir – como se divide as ferramentas, a terra, a tecnologia, a energia, a matéria-prima – quem toma as decisões que afetam a produção, como aquilo que é produzido é distribuído, qual proporção cabe a cada grupo.

Quando Marx fala de distribuição, a que ele se refere?

Distribuição não é distribuição de riqueza e não tem a ver com produção. Está relacionado às várias distribuições feitas no interior desse sistema e que operam no sentido de dividir e não de somar. Quando se fala de distribuição está a se falar de:

- 1) distribuição dos instrumentos de produção;
- 2) distribuição dos membros da sociedade pelos diferentes gêneros de produção – a chamada divisão social do trabalho;

Atenção, alunos: uma consideração importante que deriva desses conceitos marxistas (forças produtivas, modo de produção e relações sociais de produção) é que ao produzir os homens cooperam, mas nem todos partilham daquilo que produzem igualmente. Os homens cooperam na produção, mas não na distribuição. Cooperação, por exemplo, é uma relação social de produção. Assim, podemos dizer que chegamos, através dos conceitos elaborados por Marx, na constatação da desigualdade do sistema capitalista.

A distribuição se trata, portanto, de uma forma de segmentação da sociedade – é pela divisão ou separação social do trabalho que se expressam as desigualdades – tarefas distintas e porções maiores ou menores do produto social, já que passam a ocupar posições distintas e desiguais em relação ao controle dos meios de produção. O tipo de divisão de trabalho indica a segmentação em classes sociais e estrutura a sociedade;

Retomando então:

Forças produtivas (relações do homem com a natureza) e relações sociais de produção (relações entre os homens e o processo produtivo) formam a base da sociedade, ou seja, SUA ESTRUTURA.

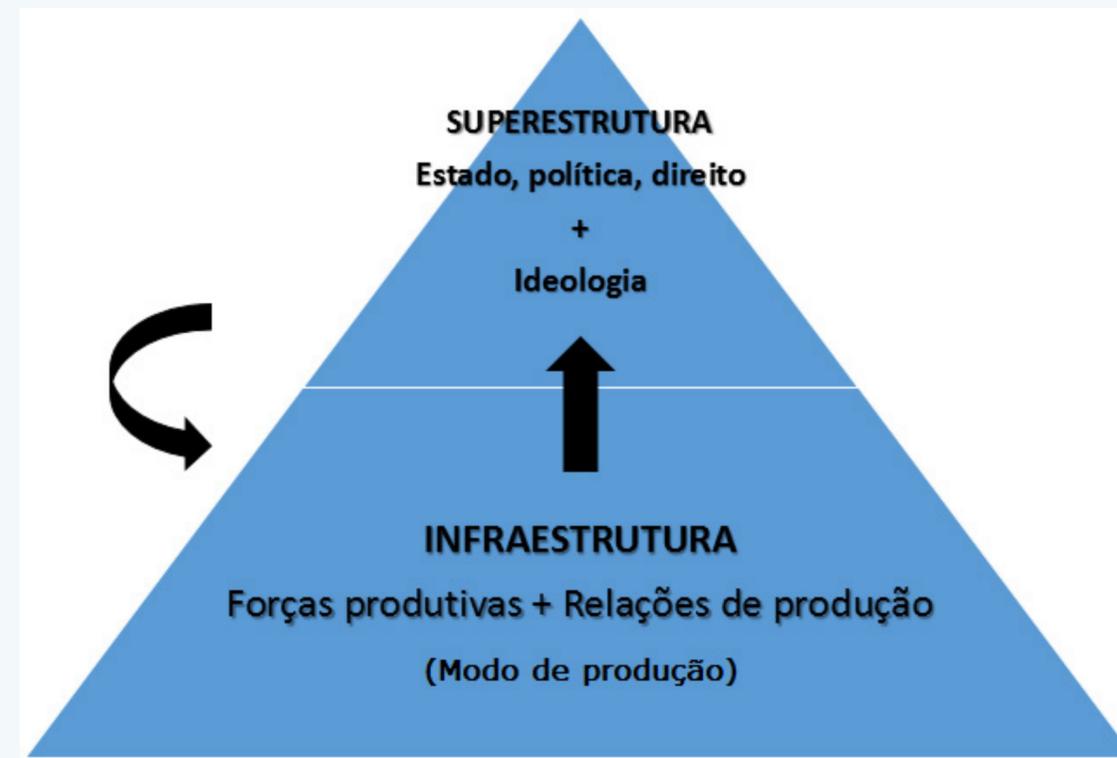
Mas o que é estrutura para Marx?

A estrutura e o estado formam e determinam o que os homens são (não o que eles acham que são) mas o que são na verdade. Assim, os homens são **aquilo e como trabalham e como produzem** materialmente.

No entanto, os homens em suas vidas geram também outra espécie de produtos – que não são materiais – como ideologias, religiosidades, sistemas legais, estéticos, conhecimento científico, tecnológico, sentimentos, ilusões, modos de pensar PLASMADOS num modo de vida particular. E esses produtos não materiais são originados de suas bases materiais, ou seja, se o modo capitalista implica determinadas condições e estruturas, esse conjunto de produções não-materiais estão determinadas por ele e a partir dele (QUINTANEIRO, OLIVEIRA, 2002).

A isso Marx chamou de SUPERESTRUTURA (conjunto de produtos não materiais produzidos pelo homem em sociedade).

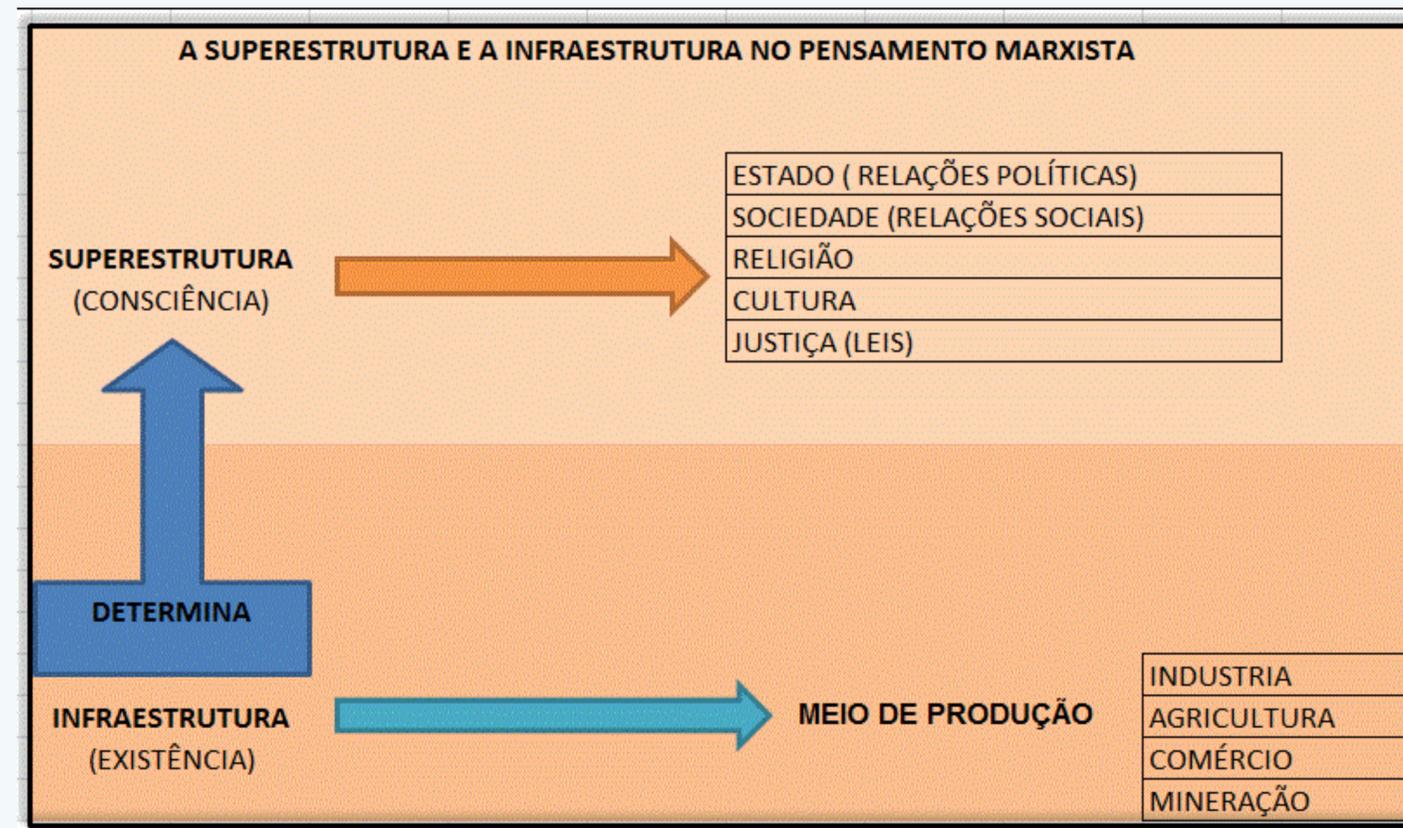
Figura 1 – Pirâmide Superestrutura



Fonte: Grupo Evolução.

Mas se existem elementos não materiais que o homem produz e estão, segundo Marx, alocados na superestrutura (parte de cima da pirâmide) existem elementos materiais pelo homem produzidos que DETERMINAM essas mesmas formas não-materiais. Essas seriam a base da sociedade e sobre a qual ela se organiza determinando formas de pensamento, religiosidades, expressões culturais e ideológicas. A base, Marx chamou de ESTRUTURA OU INFRAESTRUTURA e nela estão as forças produtivas e os meios de produção. Isto é, as condições materiais de existência humana sobre a qual se organizam as formas de trabalho.

Figura 2 – Detalhamento Infraestrutura



Fonte: História & Civilização Blogspot.



Então, todos esses elementos que produzimos não materiais enquanto sociedade são orientados pela maneira como os homens estão organizados em sua base, em sua forma material de produção, em seu processo produtivo.

Sobre as críticas tecidas a Marx e Engels da presença de um determinismo econômico em suas análises, o próprio Engels explica, defende-se e produz uma meia culpa sobre as interpretações que se seguiram ao marxismo:

Segundo a concepção materialista da história, o fator que em última instância determina a história é a produção e a reprodução da vida real. **Nem Marx nem eu nunca afirmamos mais do que isso. Se alguém o tergiversar dizendo que o fator econômico é o único determinante, converte aquela tese numa frase vazia, abstrata, absurda.** A situação econômica é a base, mas os diversos fatores da superestrutura – as formas políticas da luta de classes e seus resultados, as Constituições que, uma vez ganha uma batalha, são redigidas pela classe vitoriosa etc., as formas jurídicas, e mesmo os reflexos de todas estas lutas reais no cérebro dos participantes, as teorias políticas, jurídicas, filosóficas, as ideias religiosas e o seu desenvolvimento ulterior até serem convertidas em sistemas dogmáticos - exercem igualmente a sua ação sobre o curso das lutas históricas e, em muitos casos, determinam predominantemente sua forma [...]



[...] Somos nós mesmos que fazemos a história, mas, nós a fazemos, em primeiro lugar, segundo premissas e condições muito concretas. Entre elas, são as econômicas as que, em última instância, decidem. Mas também desempenham um papel, ainda que não seja decisivo, as condições políticas e até as tradições que rondam como um duende nas cabeças dos homens... **O fato de que os discípulos destaquem mais que o devido o aspecto econômico é coisa que, em parte, temos a culpa Marx e eu mesmo. Frente aos adversários, tínhamos que sublinhar este princípio cardinal que era negado, e nem sempre dispúnhamos de tempo, espaço e ocasião para dar a devida importância aos demais fatores que intervêm no jogo das ações e reações. Infelizmente, ocorre com frequência que se crê haver entendido totalmente e que se pode manusear sem dificuldades uma nova teoria pelo simples fato de se haver assimilado, e nem sempre exatamente, suas teses fundamentais. Desta crítica não estão isentos muitos dos novos “marxistas” e assim se explicam muitas das coisas inexpressivas com que contribuíram”** (MARX; ENGELS, 1975, p. 520-522, Grifos da Autora)



Sobre Classes sociais e Luta de Classes:

Marx e Engels não deixaram um conceito formulado a respeito e as definições do que seriam partes da discussão maior presente em seus diversos escritos. A partir da divisão social entre homens produtores e homens não produtores, isto é, aqueles que produzem e aqueles que não produzem materialmente em sociedade, mas que se apropriam da produção feita por parte dela. E, os que se apropriam dessa produção em geral não a produzem. A partir daí se estabelece a diferença de classes sociais e decorre a própria ideia relativa ao pensamento marxista.

É o surgimento de um excedente da produção que permite a divisão social do trabalho, assim como a apropriação das condições de produção por parte de alguns membros da comunidade os quais passam, então, a estabelecer algum tipo de direito sobre o produto ou sobre os próprios trabalhadores. Vê-se, portanto, que a existência das classes sociais vincula-se a circunstâncias históricas específicas, quais sejam, aquelas em que a criação de um excedente possibilita a apropriação privada das condições de produção. Dessa forma, o materialismo histórico descarta as interpretações que atribuem um caráter natural, inexorável, a esse tipo particular de desigualdade (QUINTANEIRO; OLIVEIRA, 2002, p. 39).



A configuração de classe é expressa num modelo dicotômico: de um lado os proprietários ou possuidores dos meios de produção que não produzem e de outro, os que não possuem nada, mas produzem. Evidente que por ser dicotômico o modelo é passível de críticas por não comportar uma diversidade maior da sociedade à medida que estas se complexificaram, mas como dissemos acima, trata-se de um modelo e como tal possui sua eficácia em análises sociais assim como comporta falhas.

Em relação a luta de classes a discussão está presente permeando o primeiro escrito de impacto de Marx e Engels: O MANIFESTO COMUNISTA DE 1848.

Portanto, **a história das sociedades cuja estrutura produtiva baseia-se na apropriação privada dos meios de produção pode ser descrita como a história das lutas de classes.** Essa expressão, **antes de significar uma situação de confronto explícito** - que de fato pode ocorrer em certas circunstâncias históricas - **expressa a existência de contradições numa estrutura classista, o antagonismo de interesses que caracteriza necessariamente uma relação entre classes, devido ao caráter dialético da realidade** (QUINTANEIRO; OLIVEIRA, 2002, p. 41, Grifos da Autora).

Sobre a obra “O Capital”, a Economia Capitalista e o Papel Revolucionário da Burguesia:

Na obra seminal de Marx chamada “O capital” tem-se, ao contrário do que possam aqueles que a desconhecem pensar, análises sobre todas as formas de organização social e econômica existentes – escravista, feudal, asiática, primitivas, mas, sem dúvida, seu foco é entendimento dessas formas e de suas singularidades para a compressão da economia capitalista, ou dito de outra forma, ao as economia capitalista ser a forma mais bem elaborada de todas já existentes, entende-se também todas as outras, em uma relação igualmente dialética de conhecimento. Além disso, entende-se aquilo que Marx desejou a construir um método materialista histórico dialético: a demonstração e constatação da não naturalidade dos sistemas econômicos. Grande parte da obra “O capital” esteve dedicada a pensar o surgimento do capitalismo a partir das ruínas da sociedade feudal, sua evolução, amadurecimento bem como a pensar sua superação. Marx demonstra que o capitalismo não foi só fruto de mudanças na estrutura dos processos produtivos, mas também nas formas políticas do Estado e que teve a sua frente um importante grupo: a burguesia. As mudanças operadas por este grupo foram além das questões produtivas, criou-se instituições, sistemas de tributos, sistemas jurídicos, novas morais, religiões e ideologia que passaram a ser dominantes na sociedade capitalista. Assim, a burguesia desempenhou, para Marx, um papel revolucionário. Se sua ação erigiu tantas coisas novas, também atuou na destruição de outras, como os velhos sistemas de crenças, valores, transformou relações sociais feudais em relações capitalistas, extinguiu tributos e debilitou os grupos aristocratas.



Sobre a transitoriedade do modo de produção capitalista e a Revolução:

É preciso destacar que se a burguesia desempenhou papel fundamental na destruição de velhas formas sociais e criou novas, ao se estabelecer o capitalismo, ele não eliminou por completo as contradições de classe. Pelo contrário, as formas de opressão foram substituídas por outras. Quando Marx fala que “as novas tornam-se velhas antes de ter podido se ossificar” (MARX; ENGELS, 1975, p. 25) estava dizendo que essas novas formas erigidas por essa classe que atuou como revolucionária – ela mesma também acabou por estabelecer novas formas de desigualdades e opressão e que, apesar de seu caráter revolucionário ela deveria ter uma função transitória no sentido de ser, no futuro, abolida também. Assim, o capitalismo deveria estar – ou estaria – condenado a desaparecer para que com ele desaparecessem as contradições de classe que permaneciam de um sistema destruído e outro recém construído. Para tanto, a Revolução que extinguiria o capitalismo era prementerumo a uma sociedade cujo conflito homem/natureza se resolvesse. E, para Marx, esse caminho chamava Comunismo ou sociedade comunista, um novo sistema a ser construído.

Como bom herdeiro da tradição iluminista, Marx desenvolve essa consistente teoria sociológica a partir de um norte fortemente iluminista: a razão e a busca do progresso. Além disso, é necessário destacar que procurava estabelecer leis para a sociedade, prática pensada em termos de evolução e não exclusiva de Marx, mas de todos de seu tempo. O que temos em termos de diferença é consistente, considerável e complexo, pois os caminhos tomados pelos pensadores do século XIX que se dedicaram a necessidade de pensar o social foram as formas encontradas nesse grande arcabouço iluminista.

Por fim... o Comunismo:

O comunismo era um caminho a ser alcançado após a existência da sociedade capitalista, uma etapa evolutiva e necessária em relação ao que havia sido deixado para trás: o feudalismo. Nesse sentido, o capitalismo era necessário uma vez que sob seu manto se fazia mais favorável o desenvolvimento das forças produtivas e das relações sociais de produção para se alcançar uma estrutura nova que resultaria de um processo revolucionário.

Esse 'novo' era o comunismo. E, para se chegar a ele, era preciso passar pelo capitalismo. Importante destaque precisa ser dado ao fato de que a ideia de comunismo para Marx era orientada por reflexões como liberdade e não-alienação, reflexões essas norteadoras de seu pensamento desde as apropriações que ele faz de Hegel. Assim, o comunismo era necessário, mas não uma finalidade do desenvolvimento humano. Ou seja, o comunismo para Marx era a forma pela qual ele entendia que a divisão do trabalho pudesse passar a atender aos interesses de toda a sociedade e, não apenas a uma classe em específico.



Na obra “A Ideologia Alemã” Marx e Engels apresentam o comunismo através de uma alegoria que auxilia em seu entendimento:

Com efeito, desde o momento em que o trabalho começa a ser repartido, cada indivíduo tem uma esfera de atividade exclusiva que lhe é imposta e da qual não pode sair; é caçador, pescador, pastor ou crítico e não pode deixar de o ser se não quiser perder seus meios de subsistência. Na sociedade comunista, porém, onde cada indivíduo pode aperfeiçoar-se no campo que lhe aprouver, não tendo por isso uma esfera de atividades exclusiva, é a sociedade que regula a produção geral e me possibilita fazer hoje uma coisa, amanhã outra, caçar de manhã, pescar à tarde, pastorear à noite, fazer crítica depois da refeição, e tudo isso a meu bel-prazer, sem por isso me tornar exclusivamente caçador, pescador ou crítico. (MARX; ENGELS, 1976, p. 25)



3. Emile Durkheim: conceitos e contribuições ao pensamento sociológico

Não é possível falar de sociologia acadêmica clássica sem considerar a importância deste sociólogo francês. Ele teve participação fundamental na institucionalização da disciplina nos meios universitários e teve inúmeros herdeiros intelectuais. A teoria sociológica durkheimiana se construiu em universo de ideias que vinham desde Saint-Simon e Augusto Comte, tendo como influência significativa também os pressupostos iluministas, sobretudo a crença de evolução da humanidade impelida ao progresso. O seu contexto de produção não difere do contexto de Marx, ou seja, estamos a falar de um universo mental permeado pelo capitalismo e industrialismo que se impunha sob uma velha ordem que ruía. Assim, fazia-se necessário criar um novo sistema científico que estivesse em conformidade com a ordem industrial vigente.



As influências de Èmile Durkheim:

Como todo campo de pensamento, Durkheim não esteve imune aos homens e ideias de seu tempo. Comte tem sua importância uma vez que Durkheim se valia da chamada ciência positiva e de seus pressupostos de observação, indução e experimentação, pinçados por Comte das ciências naturais. Sofreu também expressiva influência do filósofo Immanuel Kant e de sua filosofia racionalista. Mas essas influências se mesclavam a tantos outros pensamentos vigentes, como o próprio darwinismo (também apropriado por Comte) e de outras correntes de pensamento vigente na Europa. Todavia, ser influenciado por um pensamento não os faz imunes às críticas que dele possam nascer. Durkheim produziu críticas a um pensamento bem expressivo à época e do qual todos se faziam influenciar. Herbert Spencer era filósofo, antropólogo e biólogo inglês e pode ser considerado o pai do darwinismo social e o principal representante do evolucionismo nas ciências humanas. A ele o francês direcionou inúmeras críticas a vista que Spencer explicava pelo viés da biologia as sociedades, enquanto que o sociólogo francês entendia a sociedade como resultado da racionalidade moderna e se abria a diálogos mais amplos, como com a Psicologia, Economia e a própria História.



Sobre a especificidade do objeto sociológico e o 'Fato Social':

Durkheim acreditava que para a sociologia se tornar uma ciência independente ela precisava delimitar seu objeto. Para ele esse objeto era o 'Fato Social'. O fato social pode ser entendido como as maneiras de agir e pensar dos indivíduos que acabam por determinar como esses mesmos indivíduos se comportam em sociedade. Essas maneiras de agir e pensar são determinadas por formas de coerção exteriores aos indivíduos. O fato social é assim exterior aos indivíduos por isso precisa ser entendido como 'social' sujeito a leis específicas e que necessita de um método próprio.

Para Durkheim a sociedade não era mera soma ou agrupamento de indivíduos, porque esses em coletividade: ações, sentimentos, formas de pensar e agir em sociedade, quando associados, geravam algo exterior a esses mesmos indivíduos "que não provem dos elementos associados" (QUINTANEIRO, 2002, p. 62). Assim, a sociedade não era uma soma, mas uma síntese. E, essa síntese não explícita e não explica as partes. Então, entender a sociedade do ponto de vista da teoria durkheimiana significava entendê-la como coletividade, como um todo e não como as partes. Se o que pesa é a coletividade, também há que se destacar que essa não é também a soma das ideias individuais, mas uma outra coisa, isto é, as consciências coletivas são diferentes das consciências individuais. E os fenômenos sociais só são sociais porque têm origem nas coletividades.



Assim, os fatos sociais possuem certas características podem ser mais fluidos, como maneiras de agir. Como exemplo, pode-se falar em movimentos coletivos, correntes de opinião e que nos atingem socialmente de forma desigual conforme época, países, lugares e tempos por onde circulam e nos levam diferentemente às questões como casamento, suicídio, a forma de natalidade. Outros fatos são mais duros, como maneira de ser – e se expressam através de regras jurídicas, dogmas religiosos ou sistemas financeiros. Apesar dessas características mais ou menos fluidas dos fatos sociais, eles são coercitivos aos membros da sociedade que fazem as pessoas socialmente a adotar esta ou aquela forma de conduta. E por estarem foram dos indivíduos – estão na realidade objetiva são, portanto, fatos sociais (objeto de análise).

Questão importante e entrelaçada a essas explicações é o fato de que Durkheim ao tentar demonstrar que esses fatos sociais são externos ao indivíduo se dá pela explicação de que eles precisam ser internalizados, aprendidos. Esse aprendizado se dá por meio de um processo educativo quando, por exemplo, ensinamos uma criança a se portar de determinada forma, socialmente considerada correta. E, nem sempre esse aprendizado é o que entendemos ou achamos correto, pois somos impelidos a seguir regras sociais que não são por nós estabelecidas. “E se as maneiras de agir e sentir próprias de uma sociedade precisam ser transmitidas por meio da aprendizagem é porque são externas ao indivíduo” (QUINTANEIRO, 2002, p. 63)



Representações coletivas são fatos sociais, isto é, a maneira pelas quais as coletividades representam seu mundo e se entendem nele como através de lendas, de mitos, de concepções religiosas, ideais de beleza, por exemplo.

Outra forma pela qual são expressos os fatos sociais são os valores sociais estabelecidos em sociedade. E para demonstrar o quão coercitivos e exteriores são, Durkheim exemplifica com situações de infrações de regras quaisquer – seja violar uma lei jurídica ou violar uma lei moral – as pessoas que atravessam esses liames são impelidas a punições das mais variadas formas.

No entanto, Durkheim não estava dizendo que o conformismo e submissão aos fatos sociais coercitivos deveriam ser acatados em sociedade como norma. Os fatos sociais se instituem, mas podem ser modificados por um novo fato social que se imponha e se estabeleça como nova regra social vigente. Porém, essa mudança é tão mais difícil de ser alterada quanto maior for a coesão social em torno da regra, da norma ou a prática social. Isso significa dizer que a extensão e nível de enraizamento da norma, regra ou prática incide sobre sua continuidade social ou não.

Como exemplos podemos pensar em uma proposta pedagógica que esteja em conflito com o seu tempo porque pode parecer à sociedade muito inovadora ou conter nela tendências de futuro, aspirando um novo ideal educacional. Ela não está vigente, mas pode, pela ação transformadora social se tornar tomando o lugar das ideias estabelecidas. Isso vai depender de quanta coesão social a ideia vigente possui para que a nova se estabeleça (QUINTANEIRO, 2002, p. 65).



A Preocupação de Durkheim com o método:

Era essencial que as Ciências Sociais possuíssem um método e superasse o chamado senso comum. O método assemelhava ao já amplamente praticado das ciências naturais, ainda que levasse em consideração o fato de que a sociedade possuía particularidades que fugiam e se distinguiam da natureza. Mas como homem de seu tempo – e ninguém foge a ele – pensava-o sob uma perspectiva de causa e efeito buscando regularidades para estabelecer leis gerais. Ele estabelece ainda regras para a observância dos ‘fatos sociais’ e a primeira delas é que o fato social possa ser visto como ‘coisa’. Outras regras decorriam desta primeira, como não se utilizar de noções pré-concebidas, definir previamente os fenômenos tratados e sempre considerá-los independentes de suas formas individuais de maneira objetiva. Assumir a postura de cientista diante dos fatos sociais é considerar que nada dele se sabe a princípio.

Sobre o conceito de ‘Solidariedade Social’, ‘coesão’ e ‘consciência’:

É ela, a solidariedade social, responsável pela coesão de grupo. É a coesão em sua força ou fraqueza que proporciona maior ou menor possibilidade de transformação dos fatos sociais estabelecidos. A solidariedade social varia conforme o modelo de organização das sociedades.

Sobre a consciência, Durkheim falava nelas como dividida em dois tipos: uma, individual - que expressaria nosso eu - e outra, coletiva - que não nos representa apenas como indivíduo, pois seria a sociedade vivendo em nós (QUINTANEIRO, 2002, p. 70). E, mais uma vez, vemos a ênfase a coletividade dada por esse sociólogo. Ele vai nos dizer que à medida que vivemos em sociedade e participamos do social, nosso eu é superado, nossa individualidade se apequena diante do coletivo. Assim, a consciência comum ou coletiva seria um “conjunto das crenças e dos sentimentos comuns à média dos membros de uma mesma sociedade [que] forma um sistema determinado que tem vida própria” (DURKHEIM, 1893, p. 40 apud QUINTANEIRO, 2002, p. 66).

A solidariedade, isto é, os laços que unem e dão coesão ao grupo podem também ser divididos em dois tipos: orgânica ou mecânica.

Solidariedade mecânica é aquela que caracteriza as sociedades pré-capitalistas, nas quais há um baixo (ou nenhum) grau de consciência individual, uma vez que predomina, em termos de coesão social, uma consciência coletiva que controla a sociedade.

Solidariedade orgânica é a nossa atual sociedade capitalista, tida como complexa, em que a divisão do trabalho é extensa, cada pessoa possui uma função específica, fazendo com que os indivíduos dependam um dos outros, aqui o individualismo é grande, as pessoas possuem crenças diferentes uma das outras.



Assim, “essas duas formas de solidariedade evoluem em razão inversa: enquanto uma progride, a outra se retrai, mas cada uma delas, a seu modo, cumpre a função de assegurar a coesão social nas sociedades simples ou complexas” (QUINTANEIRO, 2002, p. 74)

Concluindo, é preciso dizer que Durkheim, apesar de ter sido aquele que abraçou o método positivista de Comte e, por isso, ter sido chamado de conservador em relação ao pensamento político da época, desenvolveu um pensamento que buscava entender e minimizar os impactos da frieza moral que passavam as sociedades industriais. Esteve atento ao surgimento de novas crenças, representações e ideias da nova sociedade capitalista. Tratava-se de um pensamento que buscava, ao identificar as novas forças morais em emergência, recuperar o vigor e a fé no poder das sociedades em transformar seu meio “atribuído dignidade de um mundo ideal” (QUINTANEIRO, 2002, p. 94). Sua obra teve impacto decisivo no âmbito da Sociologia e sua influência se estendeu, sobretudo sobre aqueles que passaram a pensar as representações e os sistemas simbólicos vinculados a religião e religiosidades, inclusive sendo a ponte entre a teoria sociológica clássica e o desenvolvimento da Antropologia contemporânea, que muito se valeu dele.

4. Max Weber: conceitos e contribuições ao pensamento sociológico

O Alemão Max Weber pode ser considerado com um dos arquitetos da Sociologia. Juntamente com Karl Marx e Émile Durkheim compõem a tríade de sociólogos clássicos que precisam ser lidos e conhecidos pelo seu caráter precursor, mas também pelo nível de reflexões que ofereceram com seus pensamentos. Weber, ainda que seja um homem do século XIX, nasceu depois que o Manifesto Comunista de Marx e Engels já estava publicado e circulando pela Europa. Da mesma forma, sua formação dá em meio a uma Europa já dominada pelo Positivismo, com seus debatedores e críticos. Entre esses opositores, está Wilhelm Dilthey que contrapôs a razão científica dos positivistas à razão histórica. Sendo essa uma obra humana, dizia que assim sendo, a experiência histórica era também uma realidade múltipla e inesgotável (BARBOSA, QUINTANEIRO, 2002, p. 97).

As influências de Max Weber:

Weber foi profundamente influenciado por outros dois alemães: o sociólogo Karl Marx e o filósofo Friedrich Nietzsche. Com Marx, Weber compartilhou o interesse pelo tema 'capitalismo' e dedicou sua obra a estudá-lo. Não deixou de ser um crítico do marxismo, sobretudo de algumas de suas interpretações já correntes em sua época. De Nietzsche, Weber herda uma percepção, a ideia de vontade de poder, essa conformada por valores antagônicos. Essa 'vontade de poder' que tornava a realidade social, política e econômica apreensível.



Weber e a busca incessante pela objetividade do Conhecimento:

Para Weber, os homens em uma investigação eram sempre influenciados por valores e ideais e, para isso, deveriam como cientistas do social, estar capacitados à fazer a distinção entre ciência e política. Os valores, por mais que nortegassem suas escolhas não podiam se disfarçar de ciência social, da mesma forma que não podiam deixar-se de admitir que a ciência estivesse permeada de valores. Um trabalho difícil, o qual exigia a busca incessante por uma objetividade e que, para ele, poderia ser resolvido na distinção entre o quer julgamento de valor e saber empírico. Ambos nascem de naturezas diferentes e, para tanto, era necessário saber essa diferença.

Como deveria proceder então um cientista social?

O cientista, através do saber empírico, deve procurar sugerir medidas para solucionar problemas que nascem da problematização em relação ao mesmo saber empírico. O cientista não diz o que deve ser feito, mas o que é possível de ser feito. A ciência é um procedimento racional e que procura explicar as consequências de atos enquanto a prática política parte de convicções.

A busca pela objetividade na ciência está para Weber colocada no conjunto de procedimentos empregados pelo próprio cientista, sendo que é ele, o cientista, quem confere ordem aos aspectos do real que analisa, isto é, estabelece uma ordem racional aos fenômenos. Para tanto é necessário intervir sobre o real e produzir tipos e categorizações. A isso Weber chamou 'Tipo Ideal'.



Para começar a falar dessa categoria de análise, desenvolvida por Weber, é preciso dizer que esse sociólogo entendia que as ciências sociais buscavam compreender fenômenos enquanto singulares e, assim, entender esses fenômenos com suas especificidades. Mas, sendo a realidade social e cultura infinita em suas possibilidades, considerar todas as circunstâncias que os envolvem seria inalcançável. Por isso, o cientista deve agir como cientista, como método: isolar um pequeno fragmento e analisá-lo. Assim, esse particular ou específico é resultado de um procedimento cognitivo que separa, seleciona, organiza e abstrai ou retira dele certos aspectos. Todavia, mesmo em busca da especificidade e com todos esses dados de racionalidade e objetividade – Weber entende que a escolha deles é permeada de valores e, portanto, rejeita a ideia de redução dos dados empíricos a leis gerais.

Weber o Tipo Ideal:

O cientista social distinguia-se do cientista da natureza, uma vez que ao tomar um fragmento de realidade e tendo em conta que a realidade que nos envolve possui uma diversidade infinita de elementos, o cientista social procura agrupar uma quantidade de elementos socioculturais, mas nem sempre eles são reduzíveis, agrupáveis e tampouco quantificáveis. Assim, a sociologia precisa construir tipos frente a essa grande e, por vezes, incontável realidade concreta. “Esta adequação entre o conceito e a realidade é tanto mais completa quanto maior a racionalidade da conduta a ser interpretada, o que não impede a Sociologia de procurar explicar fenômenos irracionais (místicos, proféticos, espirituais, afetivos).” (BARBOSA, QUINTANEIRO, 2002, p. 102)



O cientista atribui a esses fragmentos selecionados da realidade um sentido, destaca certos aspectos cujo exame lhe parece importante - segundo seu princípio de seleção - baseando-se, portanto, em seus próprios valores. Mas, enquanto 'o objeto de estudo e a profundidade do estudo na infinidade das conexões causais são determinados somente pelas idéias de valor que dominam o investigador e sua época', o método e os conceitos de que ele lança mão ligam-se às normas de validade científica referidos a uma teoria. A elaboração de um instrumento que oriente o cientista social em sua busca de conexões causais é muito valiosa do ponto de vista heurístico. Esse modelo de interpretação-investigação é o tipo ideal, e é dele que se vale o cientista para guiar-se na infinitude do real. (QUINTANEIRO; BARBOSA, 2002, p. 102)

Assim, pode se dizer que um TIPO IDEAL é um modelo simplificado do real.

Sobre Ação, Ação Social e tipos de Ação Social:

A ação é definida como todo ato que dotado de um significado subjetivo orienta essa mesma ação. Quando essa orientação tem em vista a ação de outrem, individual ou coletivamente (o público, a audiência, a família...) ela é uma ação social. Assim, a sociologia interpreta e entende essa ação social para explicar em termos de causa seus efeitos. Assim, a sociologia busca compreender os sentidos das ações sociais no mundo, e quase todo tipo de ação é objeto da sociologia de Weber. Todavia, as ações são mais compreensíveis à medida que mais racionais sejam, portanto alguns tipos de ações reativas não interessam à sociologia weberiana.



Tipologia de Ação Social

Ação Racional – Exemplos: um procedimento científico, uma ação econômica...

Ação Afetiva – Exemplos: ações inspiradas por emoções como vingança, desespero, admiração...

Ação Tradicional – Exemplos: ação permeada por hábitos arraigados como batismo dos filhos, beijo não mão – quando se pede uma benção ou acender um cigarro após um café. Esse tipo de ação produz um efeito reativo, porque é difícil saber até que ponto se tem consciência ou até que ponto é uma reação de instintiva tais ações.

Desses tipos pode-se analisar um sem número de condutas tentando compreender o sentido que se dá a essas ações.

Sobre Relação Social, Classe, Estamento e Partido:

A Relação social no sentido weberiano é uma conduta no plural reciprocamente orientada ou um sentido partilhado por diversos agentes em uma sociedade qualquer. Nas relações sociais as pessoas percebem o significado e partilham o sentido da ação. Todavia, o caráter recíproco da relação social não pressupõe uma atuação do mesmo tipo por parte das pessoas envolvidas. Entender a ação compartilhada não significa agir com reciprocidade.



Nessa sociedade que compartilha significados através das relações, um dos problemas que se coloca para Weber é o das diferenças sociais. Essa sociedade é constituída por esferas e os homens podem, em suas vidas, participar de diversas dessas esferas, de forma concomitante ou não.

Partindo, portanto, do princípio geral de que só as consciências individuais são capazes de dar sentido à ação social e que tal sentido pode ser partilhado por uma multiplicidade de indivíduos, Weber estabeleceu conceitos referentes ao plano coletivo – a) classes, b) estamentos ou grupos de status e c) partidos – que nos permitem entender os mecanismos diferenciados de distribuição de poder, o qual pode assumir a forma de riqueza, de distinção ou do próprio poder político, num sentido estrito (QUINTANEIRO, BARBOSA, 2002, p. 113)

Classe: Weber não se limitou ao aspecto econômico para definir classe, ainda que não minimize a sua importância, pelo contrário a ela se soma a dimensão combinada de três fatores: honra, poder e status. A classe seria assim uma combinação de privilégios simbólicos e materiais.



Estamento: O estamento seria uma posição intermediária entre classe e casta, ou seja, em que a mobilidade social é ampliada por um lado, mas limitada por outro. No estamento cada estrato obedece a situações e ordenamentos legais diferenciados. A casta é imóvel e a classe, em tese, permite a ideia de igualdade perante todos, já o estamento estaria em uma posição de mobilidade difícil, ainda que possível. As sociedades estamentais expressam sua honra ou estilo de vida através do consumo de certos bens determinados por comportamentos ou modos de se expressar. Exemplo: Sociedade medieval é estamental, em que, por exemplo, um dos três estamentos existentes – o estamento dos que guerreiam, os cavaleiros - possuem sua lógica ancorada em certas vestimentas, certas formas de cumprimento, levam consigo a honra de serem aqueles que defendem a sociedade e lutam em nome dela.

Partido: Grupo que surge e existe em função de influir sobre a direção que toma uma associação ou comunidade. O Partido é tipicamente racional.

Sobre Dominação:

Outro problema que se coloca em relação a Sociologia é sobre a persistência das relações sociais. Elas persistem de uma determinada maneira porque há nelas um “cimento” poderoso chamado de dominação. Dominação, produção de legitimidade, submissão de grupo e obediência possibilitam explicar a regularidade de ações e das relações sociais.

Enquanto a disciplina deve-se à obediência habitual, por exemplo por parte das massas ou da família, “sem resistência nem crítica”, a dominação é um estado de coisas pelo qual uma vontade manifesta (mandato) do dominador ou dos dominadores influi sobre os atos de outros (do dominado ou dos dominados), de tal modo que, em um grau socialmente relevante, estes atos têm lugar como se os dominados tivessem adotado por si mesmos e como máxima de sua ação o conteúdo do mandato (obediência). (WEBER apud QUINTANEIRO; BARBOSA, 2002, p. 120)

As estruturas de dominação estudadas por Weber apresentam-se sob duas formas: a burocrática e a carismática. Na estrutura de dominação burocrática temos um tipo moderno de administração, racionalmente organizado e que se aplicam tanto em empreendimentos econômicos quanto àqueles de ordem religiosa ou profissional. Na estrutura de dominação carismática as formas de conduta não são racionais. As formas de dominação são temporárias e uma pode romper com outra.

Sobre Carisma a o Desencantamento do Mundo:

Embora Weber tenha produzido ainda sob uma atmosfera iluminista, de progresso ele tem em seu pensamento um tom de pessimismo forte quando se direciona ao processo de racionalização. O avanço das formas racionais de ver o mundo tinha, para ele, um preço que era o apagamento e decadência geral da visão cultural de mundo clássica, isto é, greco-romana. A evolução humana andava a passos largos e, como consequência, a humanidade se afastava do sagrado, do mágico. A isso Weber chamou ‘desencantamento do mundo’, isto é, um processo de aproximação inevitável rumo ao progresso, à ciência, ao racionalismo e às formas burocratizadas da vida. O mundo dos deuses foi despovoado e assumido pela técnica e pela ciência.



Sobre Racionalização e Burocracia:

Uma das grandes marcas de Max Weber em sua sociologia é a presença da ideia que o mundo tende irremediavelmente à racionalização em todas as esferas da vida. Seus estudos de Sociologia da Religião foram uma forma de fazer uma sociologia do racionalismo, ou seja, de pensar as formas racionais que a realidade pode assumir. A burocracia e sua organização é um dos meios pelos quais ocorre esse processo de racionalização (exemplos: máfias organizadas, igrejas organizadas, polícia, ensino burocratizado, etc). Independente dos fins materiais ou não, a burocratização da vida tem atuado, para Weber, como uma forma eficiente de dominação.



Considerações finais

Esse material, produzido especialmente para vocês, traz as discussões principais sobre a sociologia clássica, desde seu aparecimento na Europa. Mostrar o desenvolvimento da Sociologia na efervescente Europa do século XIX teve o intuito de despertá-los para a necessidade de entender a formação do campo disciplinar sociológico de forma concomitante e não casual ao desenvolvimento e estabelecimento do sistema capitalista industrial. Demarcar as modificações 'nunca antes vistas' na história ocidental a partir da dupla revolução é fazer uma inflexão no sentido de perceber a necessidade que se teve de buscar explicações e respostas novas para um novo mundo que surgia e que perpassava a vida das pessoas diferentemente. Ninguém passou incólume as mudanças advindas de fins do século XVIII e ao longo do século XIX Europa afora. E essas mudanças extrapolaram e muito a ordem econômica.



Marx, Durkheim e Weber formam a tríade da Sociologia Clássica europeia. Todos eles, a sua maneira, buscaram elaborar pensamentos teóricos que explicassem a realidade da sociedade capitalista em instauração, desenvolvimento e consolidação. Todos eles fizeram esforços intelectuais que o tempo que viviam pedia. E todos eles estiverem imbuídos do espírito da racionalidade e do progresso. Ainda assim, mesmo com elementos que os aproximavam enquanto pensadores, enquanto precursores, enquanto sociólogos, souberam produzir pensamentos originais, complexos, com interpretações bastante diferenciadas umas das outras e se colocaram no rol dos fundadores da Sociologia ocidental. A leitura de suas obras e o entendimento dos conceitos que produziram para explicar a sociedades em que viveram continua fundamental para todos interessados no pensamento sociológico, sobretudo porque continuam sendo lidos ao longo do tempo. É fato que não se avança sem que se esteja fundado no conhecimento já produzido. E se esses clássicos continuam sendo lidos é porque continuam a oferecer reflexões interessantes a partir do presente sobre uma sociedade capitalista que não se extinguiu, pelo contrário, continua vigente a nos desafiar a entendê-la, seja através dos clássicos, seja lendo os clássicos para avançarmos no sentido de que se produzam novos conhecimentos, de se estabelecer críticas para que se faça a roda do conhecimento científico girar e se renovar.



Sugestões de leitura:

HOBBSAWM, Eric. *Mundos do Trabalho*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

SENNETT, Richard. *A corrosão do caráter: consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo*. 14 ed. Rio de Janeiro: Record, 2009.

TOMPSON, Edward Palmer. *Costumes em Comum*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

COHN, Gabriel. (org.) *Max Weber: Sociologia Trad.* Amélia Cohn e Gabriel Cohn. – São Paulo: Ática, 1979. (Grandes Cientistas Sociais; 13)

DURKHEIM, Émile. *As regras do método sociológico*. Trad. Paulo Neves – 2ª. Ed. – São Paulo: Martins Fontes, 1999. – Col. Tópicos.

IANNI, Octavio. (org.) *Karl Marx: Sociologia Trad.* Maria E. Mascarenhas ... et al. – São Paulo: Ática, 1979. (Grandes Cientistas Sociais; 10)

MARX, K; ENGELS, F. *Manifesto do Partido Comunista*. In: *Obras escogidas de Marx y Engels*. Madrid: Fundamentos, 1975. 2 V.

RODRIGUES, José A. (org.) *Émile Durkheim: Sociologia Trad.* Laura N. Rodrigues. – São Paulo: Ática, 1978. (Grandes Cientistas Sociais; 01)

SAVATER, Fernando. *Ética para meu filho Trad.* Monica Stahel. – 2ª.ed. – São Paulo: Martins Fontes, 1996.

SAVATER, Fernando. *Política para meu filho Trad.* Eduardo Brandão. – São Paulo, 1996.

WEBER, Max. *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*. 7ª. Ed. São Paulo: Livr. Pioneira Editora, 1992.



Referências Bibliográficas:

BOURDIEU, P. Le champ scientifique. Actes de la Recherche en Sciences Sociales, n. 2/3, jun. 1976, p. 88-104. Tradução de Paula Montero.

COMTE, A. Discurso preliminar sobre o conjunto do positivismo. In __. Comte. São Paulo: Abril Cultural, 1980. Coleção Os Pensadores.

ENGELS, F. Carta a Bloch, 21/9/1890. In: MARX, K; ENGELS, F. Obras escogidas de Marx y Engels. Madrid: Fundamentos, 1975. 2 V.

HEGEL, G. W. F. A fenomenologia do espírito. 2. ed. Tradução de Henrique Lima Vazo São Paulo: Abril Cultural, 1980.

HOBBSAWN, E. J. O mundo na década de 1780. In: A Era das Revoluções 1789-1848. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988.

MARX, K; ENGELS, F. A ideologia alemã. Tradução de Conceição Jardim e Eduardo Nogueira. Lisboa: Presença/Martins Fontes, 1976. 2 v.

MARTINS, Carlos Benedito. O que é sociologia? São Paulo: Editora Brasiliense, 1988.

QUINTANEIRO, T. et. Al. Um toque de clássicos: Marx, Durkheim, Weber. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

SPENCER, H. O que é uma sociedade? In: BIRNBAUM, P.; CHAZEL, F. Teoria sociológica. Tradução de Gisela S. Souza e Hélio Souza. São Paulo: Hucitec/USP, 1977.

THOMPSON, E. P. Costumes em Comum. Estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Cia das Letras, 1998.



Sociologia Clássica: Formação, conceitos e saberes – Daniela Vallandro de
Carvalho

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CENTRO-OESTE DO PARANÁ - UNICENTRO
NÚCLEO DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA - NEAD
UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL - UAB

Maria Aparecida Crissi Knuppel
Coordenadora Geral UAB

Sandra Aparecida Machado Polon
Coordenador Geral Curso

Cleber Trindade Barbosa
Coordenador Geral NEAD
Coordenador Administrativo do Curso

Ernando Brito Gonçalves Junior
Fabiola de Medeiros
Apoio Pedagógico

Roziane Keila Grandó
Revisora

Murilo Holubovski
Designer Gráfico

Rawpixel.com
Capa

Aneeque Ahmed /Nounproject
ProSymbols/Nounproject
Ícones

01/2022